

**Educação ambiental como instrumento da gestão pública no município  
de Parintins-Amazonas - Brasil**

*Environmental education as an instrument of public management in the municipality of  
Parintins - Amazonas – Brazil*

*La educación ambiental como instrumento de gestión pública en el municipio de  
Parintins - Amazonas - Brasil*

**João D’Anúzio Menezes de Azevedo Filho**

Professor Doutor, CESP/UEA, Brasil  
jdazevedo@uea.edu.br

**Selma Guimarães Pinto**

Pós-graduada, Educanorte, Brasil  
selmaguim21@gmail.com

## Resumo

A Educação Ambiental é um instrumento importante na formação de uma consciência ambiental que interfere na gestão urbana e na melhoria da qualidade de vida local. O objetivo deste trabalho foi analisar o crescimento urbano da cidade de Parintins desde sua fundação aos dias de hoje e como a Educação Ambiental no contexto escolar pode intermediar a reintegração da sociedade com seu meio natural. A EA leva a mudanças de atitudes, valores, conhecimentos e a inserção de educadores e sociedade na transformação direta desse cenário de gradativa destruição e crescimento desordenado das cidades. Foram realizados levantamento bibliográfico, entrevista em oito escolas com 8 professores e 25 alunos onde o educador ambiental se destaca como mediador e coordenador na implantação de ações pedagógicas voltadas para EA e a responsabilidade individual. Conclui-se que, a Educação Ambiental é discutida e praticada, que a interdisciplinaridade é imprescindível para o êxito dessas práticas nos âmbitos formal e não formal.

**PALAVRAS-CHAVES:** Gestão, Educação, Meio Ambiente

## ABSTRACT

*Environmental Education is an important instrument in the formation of environmental awareness that interferes in urban management and in improving the local quality of life. The objective of this work was to analyze the urban growth of the city of Parintins since its foundation to the present day and how Environmental Education in the school context can mediate the reintegration of society with its natural environment. EE leads to changes in attitudes, values, knowledge and the insertion of educators and society in the direct transformation of this scenario of gradual destruction and disorderly growth of cities. A bibliographical survey and interviews were carried out in eight schools with 8 teachers and 25 students, where the environmental educator stands out as a mediator and coordinator in the implementation of pedagogical actions aimed at EE and individual responsibility. It is concluded that Environmental Education is discussed and practiced, and that interdisciplinarity is essential for the success of these practices in the formal and non-formal spheres.*

**KEYWORDS:** Management, Education, Environment.

## RESUMEN

*La Educación Ambiental es un instrumento importante en la formación de una conciencia ambiental que interfiere en la gestión urbana y en la mejora de la calidad de vida local. El objetivo de este trabajo fue analizar el crecimiento urbano de la ciudad de Parintins desde su fundación hasta la actualidad y cómo la Educación Ambiental en el contexto escolar puede mediar en la reintegración de la sociedad a su entorno natural. La EA conlleva cambios de actitudes, valores, conocimientos y la inserción de los educadores y de la sociedad en la transformación directa de este escenario de destrucción paulatina y crecimiento desordenado de las ciudades. Se realizó una encuesta bibliográfica y entrevistas en ocho escuelas con 8 docentes y 25 estudiantes, donde el educador ambiental se destaca como mediador y coordinador en la implementación de acciones pedagógicas orientadas a la EA y la responsabilidad individual. Se concluye que la Educación Ambiental se discute y se practica, y que la interdisciplinariedad es fundamental para el éxito de estas prácticas en los ámbitos formal y no formal.*

**PALABRAS CLAVE:** Gestión, Educación, Medio Ambiente

## 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho a educação ambiental é defendida como uma grande contribuição para que a sociedade exerça a sua cidadania, trazendo a informação necessária para uma gestão urbana participativa. A forma como nos relacionamos com o meio ambiente à nossa volta está diretamente ligada à nossa qualidade de vida, no sentido de discussão e reflexão sobre essa interação, sem ter a pretensão de esgotar o assunto. Dessa forma, é função da escola usar intensamente o tema “meio ambiente” de forma transversal através de ações reflexivas, práticas ou teóricas, incorporando dessa maneira, desde a mais tenra idade, a responsabilidade e respeito para com a natureza. Esse é o papel da Educação Ambiental na Gestão Urbana e na área educacional do município. Para isso, fez-se um estudo, através de questionário fechado e aberto com uma amostragem de 8 (oito) escolas, 25 (vinte e cinco) alunos de Ensino Fundamental e Médio, professores e setores municipais.

O trabalho é composto de seis itens, o primeiro sobre a origem da cidade de Parintins abordando do crescimento urbano desordenado que apresenta nos diferentes momentos da história. Ressalta a importância da participação dos jesuítas e aspectos que influenciaram na sua construção e da organização popular após 1980 que direcionou, e direciona até hoje, o crescimento da cidade.

No segundo, uma discussão sobre a Educação Ambiental começando por um breve histórico, pois se dá através da prática social, pela transversalidade com seus desafios e perspectivas para uma educação democrática.

O terceiro momento refere-se ao processo de planejamento e gestão urbana no município de Parintins, pois a pobreza urbana é inquestionável, um problema significativo e crescente em vários países em desenvolvimento.

A metodologia e o material da pesquisa, com pressupostos epistemológicos, com abordagem histórica – biográfica, e nível de articulação técnica, teórica qualitativa, utilizando-se do método indutivo, permitindo maior compreensão das ideias gerais, abordado no quarto item.

A quinta parte refere-se à apresentação e discussão dos resultados, com demonstrativos dos resultados obtidos às suposições levantadas com os devidos comentários.

Por fim, as conclusões e recomendações, onde conclui-se que, em sua maioria, os resultados contemplaram as suposições de fragilidade na gestão e apresentamos algumas recomendações, contribuindo assim para o crescimento da integração, organização e cooperação, em prol de uma educação de qualidade, que tenha em vista a autonomia e a cidadania sobre a égide da Educação Ambiental.

## 2 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico e selecionadas oito escolas, sendo cinco da rede estadual e três da rede municipal e órgãos públicos ambientais do município, a escolha foi feita aleatoriamente não havendo critérios de seleção. O Material e Métodos, que dá um enfoque em linha de pesquisa Gestão Urbana, Educação Ambiental e Educação, com pressupostos ontológicos, com abordagem histórica – biográfica, e nível de

articulação técnica, teórica qualitativa, utilizando-se do método indutivo, permitindo maior compreensão das ideias gerais.

Foi aplicado um questionário contendo dez questões referentes ao tema de abordagem, os quais foram respondidos por seis professores, um gestor e alguns órgãos municipais os quais também foram escolhidos aleatoriamente, ressaltando apenas que os professores atuavam em diferentes áreas. Dos sete educadores que responderam os questionários todos tem nível superior completo, sendo que apenas três tem pós-graduação, apenas um representante de escola e alguns órgãos municipais não responderam.

### 3 A ORIGEM DA CIDADE DE PARINTINS

As notícias sobre esta região do Amazonas são vagas, sabe-se que suas margens eram bastante povoadas por muitas tribos. Baseado em pesquisas, pode-se citar que quando Carvajal passou em nossa região ele fala em vários momentos sobre a Ilha Tupinambarana, por exemplo: “Passado a foz do Madeira havia uma província que foi chamada de picotas “dos pelourinhos”, porque no seu povoado havia muitas varas ostentando cabeças de mortos” (PORRO, 1996, p. 56).

Em 1639, os pesquisadores do século XVI afirmam, nesse meado de tempo, não havia nem um registro sobre os índios Tupinambás, ainda era habitada pelos primeiros povoadores descendentes dos nômades vindos da Ásia e Mongólia, denominados por Carvajal de Machiparo:

Quanto a margem direita, em grande parte constituída pela Ilha Tupinambarana, não há nos cronistas do século XVI qualquer referência aos Tupinambá, que por esta época deveriam estar se estabelecendo nela e um dos cujos contingentes havia sido encontrado por Diogo Nunes em Machiparo 600 Km rio acima (PORRO, 1996, p. 56).

Quanto a este local, onde está localizada a cidade de Parintins, os indícios de povoamento são claros e evidentes devido aos achados arqueológicos que foram encontrados pelas escavações feitas na construção da Prelazia, armazém da Caçapava e a igreja da Catedral e atualmente o novo sítio arqueológico do Macurany (Parananema) (BIANCHEZZI, 2022).

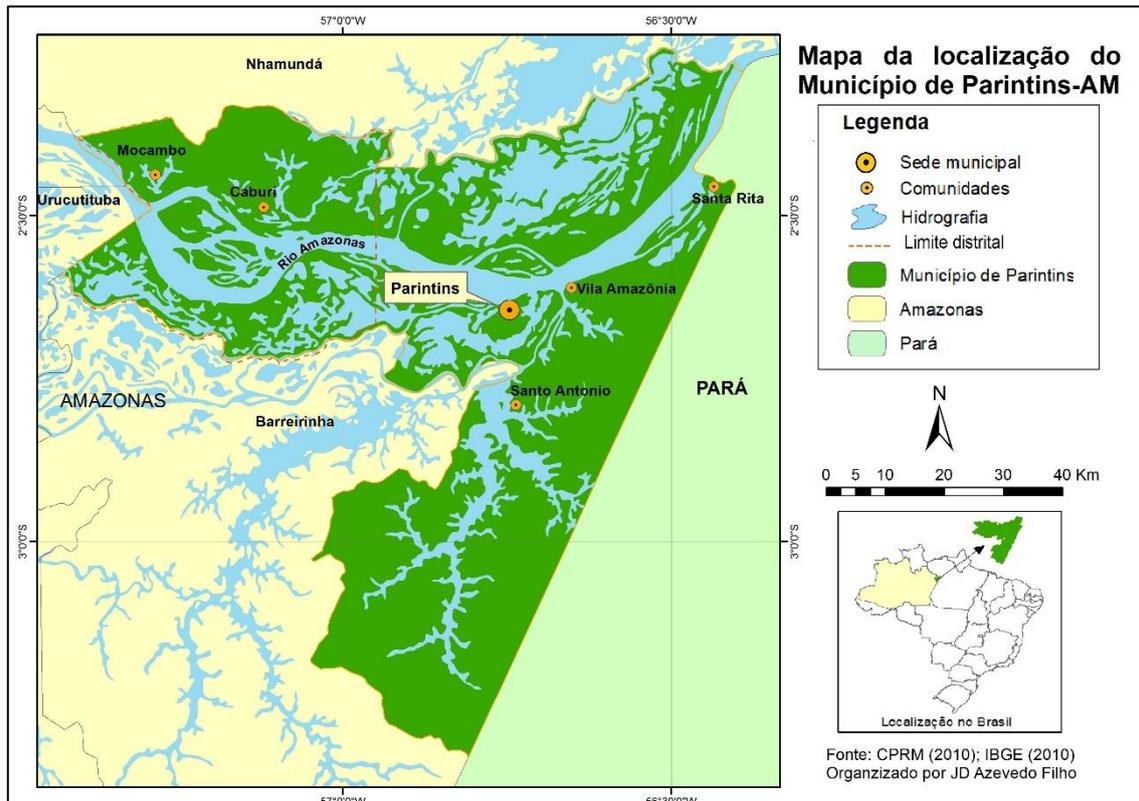
O surgimento de várias cidades em nossa região se deve ao processo de colonização dos europeus e as missões Jesuítas, Carmelitas, Mercedários e Franciscanos, a fundação da aldeia Tupinambarana dista de 1658 com a chegada de Francisco Gonçalves, provincial do governo colonial (CERQUA, 1980)

#### 3.1 Geografia do Município

O município de Parintins está localizado na 9ª sub-região, região do baixo Amazonas, com as seguintes coordenadas geográficas: latitude – 2º 36’ 48” Sul e longitude – 56º 44’ Oeste de Greenwich, a 50 m acima do nível do mar. A sede municipal, situada à margem direita do rio Amazonas, na ilha de Tupinambarana, dista 369 km em linha reta e 420 km por via fluvial de Manaus. O município possui uma área territorial de 7.069 km<sup>2</sup> (IBGE, 2023).

O município está localizado a leste do estado do Amazonas e faz fronteira com o estado do Pará; ao sul está Barreirinha-AM, além de Boa Vista do Ramos e Urucurituba a Oeste e Nhamundá e Urucará ao norte.

Figura 1 – Imagem do município de Parintins - limites



Fonte: CPRM (2010); IBGE (2010). Organizador: Azevedo Filho

#### 4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM BREVE HISTÓRICO

A partir da década de 1970, a tecnologia coloca no homem uma nova forma de pensar em meio ambiente. Os meios de transporte impõem uma nova conquista tecnológica aos seus limites e as formas ultrapassadas, frágeis, o quanto o mundo se tornou pequeno diante das nossas tecnologias. O tempo se encurtou e as distancias tornaram-se mínimas, foi um salto gigantesco rumo ao futuro, esta grandeza só se tornou possível ao homem com:

A conquista tecnológica nos fez ver nossa grandeza e nossa pequenez, o azul que colore a Terra, a nave “perdurada” no espaço, frágil em um Universo infinito. Enfim nos fez entender o que é a “aldeia global” (McLuhan), como somos todos passageiros e condutores de uma mesma e única embarcação (CASCINO, 2003, p. 29).

Podemos ressaltar como raízes do movimento ambientalista, a modernidade. As novas ideias surgiram e conseguiram romper as barreiras que pareciam intransponíveis, e que, através de Darwin e sua teoria, o homem continua nesse processo fantástico, evoluindo. Hoje sua concepção é outra. E esses movimentos contribuíram para que as ideias fossem organizadas, mesmo não sendo movimentos ambientalistas, mas foi o primeiro grito de liberdade coletivo, que influenciou de maneira geral a forma de pensar do ser humano e a partir desse momento:

Esta confirmação demandaria efetivas mudanças pela qual homens e Mulheres se relacionavam com o espaço natural. Isto implicaria efetivas mudanças na compreensão dos efeitos da civilização sobre as mudanças ambientais. A partir de então, mais precisamente a partir do século XVIII, surgiria uma preocupação entre escritores e poetas voltados a apreciar e retratar as maravilhas do mundo natural: organizar uma leitura viva e engajada com a preservação dessas mesmas maravilhas (CASCINO, 2003, p. 22).

Com estas grandes manifestações, começaram a alcançar âmbitos internacionais indo além das fronteiras. O Greenpeace, não concordando com muitas das regras impostas pelos países capitalistas, iniciou um novo movimento chamado de Consciência Cidadã Planetária, que influenciou o crescimento dos movimentos ambientalistas por todo o mundo. Nos anos 60, sobretudo na França, em maio de 1968, vê-se a juventude em geral, envolvendo-o em questões ambientais, ao mesmo tempo em que reivindicavam mais liberdade, alcançando depois o âmbito global que foi...

Constituído como marco principal das manifestações estudantis dos anos 60 o “maio de 1968”, principalmente o ocorrido na França, assegurou aos acadêmicos e à juventude em geral ganhos fundamentais de liberdade dentro das instituições, ao mesmo tempo em que marcou o início de toda uma nova era com relação a aberturas e avanços no processo de ensino aprendizagem de forma participativa e integrativa (MENDONÇA, 2001, p. 45).

Seguiram-se outros movimentos, abrangendo vários contextos sociais e ambientais, liberdade de expressão e o direito à cidadania. Em Paris os estudantes clamavam “*pour une planete plus bleu*”, (Queremos um planeta mais azul) era o slogan, a partir daí foi

traçado esse primeiro painel da história geral e da questão da transformação das mentalidades, a partir do crepúsculo da modernidade da modernidade – final dos anos 40 e início dos 50 -, gostaria de afirmar que o movimento ambientalista nasce na década de 60. Nesse período ocorreram grandes movimentos, como o dos *hippies*, a explosão do feminismo, do movimento negro – *Black Power* -, o pacifismo, a liberdade sexual e a “pílula”, as drogas o *rock-and-roll*, as manifestações anti-Guerra Fria e a corrida armamentista/nuclear, e anti-Vietnã. O grande emblema, a chave desse momento, foi o maio de 68, em Paris – as chamadas “barricadas do desejo” (CASCINO, 2003, p. 30).

Em 1968, ocorre o primeiro encontro em Roma em relação ao Meio Ambiente onde foram escritos os primeiros documentos e as primeiras ações a respeito do meio ambiente, intitulado *Os Limites do Crescimento*. O objetivo desse encontro em Roma, era a preocupação com o complexo de problemas que afligiam todas as nações (CASCINO, 2003).

Segundo o autor, na conferência em Estocolmo, o mundo percebe que tem de haver um diálogo entre países ricos e pobres. Houve significativas decisões em relação aos problemas que afligiam o planeta, adotou-se um conjunto de princípios e cria-se o PNUMA como órgão fiscalizador para aplicabilidade desses princípios de manejo ecologicamente racional;

Em 1975, em *Belgrado* o que se observa e se recomenda diante da evolução da Educação Ambiental é que fossem definidos seus conceitos. As mudanças iniciam-se a partir desses pressupostos da Carta de Belgrado. Em 1977 na Conferência de *Tbilisi*, dá-se a fundamentação de Educação Ambiental e define-se como sendo uma dimensão dada ao conceito e à prática da

educação promovida para a solução dos problemas relativos ao meio ambiente. Tbilisi foi o marco inicial e principal para a Educação Ambiental como forma de educar a mudança de comportamento, de hábitos e costumes através dos conhecimentos adquiridos das habilidades e uma sociedade sustentável. Para Cascino:

Esta outra corrente teórica busca uma afetiva integração entre o exposto nos principais documentos sobre educação ambiental, como o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, de 1992, as propostas derivadas da Conferência de Tbilisi, realizada em 1977, e os pressupostos da *Carta de Belgrado*, de 1975 (2003, p. 54).

Em 1987 ocorreu em Moscou a conferência em que foi firmado e publicado um novo documento intitulado *Nosso Futuro Comum* como solução para os problemas da miséria dos povos. O Desenvolvimento Sustentável, que veio concretizar-se definitivamente na Conferência da Eco 92, e a necessidade de introduzir a questão ambiental no meio educacional, então, o Brasil dá um salto no contexto global so descrito, em que se verifica (CASCINO, 2003).

O PNUMA foi o principal órgão responsável por implantar a Agenda 21. Seu prestígio maior é a partir da Eco 92, no Brasil, onde se fortaleceu com suas novas tomadas de decisões. Portanto, com a Educação Ambiental não se pretende só absorvê-las através da interdisciplinaridade, mas colocá-los em prática.

Sabemos que o universo da prática é sempre muito mais difícil de que o da teoria. Isto ocorre, obviamente, porque ter ideias, sonhar, criar mundos novos dentro de nossas cabeças não requer, sequer, experimentação. Basta ter imaginação, “viajar”. Contudo, e aí deverá residir nossos mais sérios problemas sem este sonho, sem a imaginação, sem o enfrentamento das dificuldades que o desejo de mudança impõe ao ser humano, mulheres e homens não transformam e não se transformam. Deste imobilismo, surgem tempos de angústia e sofrimento (CASCINO, 2003, p. 72).

## 4.1 Sobre Educação Ambiental

A EA é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino-aprendizagem pretendido, participando ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais e busca de soluções, sendo preparado como agente transformador, através do desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes, através de uma conduta ética, condizentes ao exercício da cidadania.

As finalidades da EA para o ambiente foram definidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), após a Conferência de Belgrado (1975) e consideram a necessidade de uma nova tomada de consciência:

Formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas com ele relacionados, uma população que tenha conhecimento, competências, estado de espírito, motivações e sentido de empenhamento que lhe permitam trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais, e para impedir que eles se repitam.

## 4.2 A Educação Ambiental na Escola

Para se falar sobre EA é preciso que se entenda primeiro de meio ambiente, esse meio onde vivemos e se produz o espaço faz parte de uma paisagem natural para que haja interferência é preciso que se conheçam seus princípios e se tome posse desse território onde o homem possa viver integrado com a natureza, pois o espaço como base para a vida é o natural antropizado e o território é o espaço vital.

A política ambiental de uma região depende, em primeiro lugar, da preferência social pelo meio ambiente e da disponibilidade de recursos financeiros, técnicos e humanos necessários à sua implantação com projetos e políticas sérias para que não venha causar degradação à paisagem natural.

A escola é o espaço social e o local onde o aluno dará sequência ao seu processo de socialização. O que nela se faz se diz e se valoriza e representa o que a sociedade deseja e aprova. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano da vida escolar, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis.

Para Reigota (1998) deve-se dar grande valor a escola. Para ele:

A escola é um dos locais privilegiados para a realização da Educação Ambiental, desde que dê oportunidade à criatividade. Um outro aspecto consensual sobre a educação ambiental é que não há limite de idade para os seus estudantes, tendo um caráter de educação permanente, dinâmica, variedade e apenas no que diz respeito ao seu conteúdo e à metodologia, procurando adequá-los às faixas etárias a que se destina (REIGOTA, 1998, p. 24).

No artigo 4º, da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999) observa-se os princípios básicos que norteiam a EA e sua aplicabilidade:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

A EA surge como instrumento importante nesse contexto histórico de mudanças de paradigma. A necessidade de reflexão sobre o nosso modo de vida e a relação com o ambiente natural, torna a EA, tanto na escola, como nos ambientes não-formais, o momento de sensibilização e de mudança de postura diante ao meio ambiente. Deve ser um ato pessoal, de uma nova postura diante do mundo. Deve respeitar o tempo de cada um e da sociedade, mas deve ser conhecimento contínuo e sempre renovado. Deve ser atual e ligado ao seu tempo.

## 5 GESTÃO URBANA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Entende-se que a EA é um ponto primordial para uma efetiva participação populacional nos processos de planejamento e gestão urbana para o município de Parintins. Mas é necessário buscar primeiramente uma definição para o termo, diante do crescimento desordenado das cidades brasileiras, sem planejamento urbano e não uso de seu plano diretor em concordância com as leis ambientais e os órgãos competentes. A Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) acredita que não podemos culpar a pobreza pelos muitos problemas urbanos e ambientais, a pobreza é a vítima de um sistema que pouco dá valor ao meio ambiente.

As políticas antiurbanas comuns no mundo em desenvolvimento durante os últimos vinte e cinco anos têm sido baseadas numa compreensão equivocada dos desafios e das oportunidades do crescimento urbano. A pobreza urbana é inquestionavelmente um problema significativo e crescente em muitos países em desenvolvimento. Os problemas ambientais estão cada vez mais concentrados em centros urbanos. Contudo, responsabilizar as cidades pela pobreza e por problemas ambientais não resolve a situação. A dispersão ou desconcentração da população e das atividades econômicas não traria melhora — mesmo que fossem possíveis (UNFPA, 2007, p. 76).

Notadamente, as políticas urbanas não visam atender a toda a população. Estão muito mais ligadas a criar infraestrutura para viabilizar a circulação de pessoas e mercadorias, sem se preocupar com o bem estar. É nesse contexto que o meio ambiente torna-se um impedimento e algo indesejado, visto não se adequar ao conceito de consumo. A EA, como já foi dito, pode ser o suporte para superação dessa situação, possibilitando que se perceba a natureza como parte da vida humana e que o ser humano faz parte dela e dela depende. Não há vida sem natureza. Não há natureza sem uma ação responsável dos seres humanos.

As políticas locais devem ser responsáveis e voltadas a atender as demandas globais por uma qualidade ambiental que suporte a vida no planeta. Tem que se pensar os problemas locais como condição para um ambiente global de qualidade.

Entre as regulamentações impostas pelo poder público e os instrumentos de mercado existe um certo número de instrumentos que podem ser implementados em diversas situações, a racionalização da escolha do instrumento supõe que as regras do jogo coletivo sejam claramente definidas e que os meios de intervenção do Estado sejam combinados da maneira mais eficaz possível.

Qualquer que seja as preferências é necessário utilizar de maneira integrada e coerente os diferentes instrumentos disponíveis sem se limitar à tradição da regulamentação, nem a sedução racional dos instrumentos econômicos. Cada instrumento é mais adequado a um determinado problema ambiental. Mas além das oportunidades práticas a escolha dos instrumentos é igualmente determinada pelas tradições nacionais de políticas públicas e principalmente pela conjuntura social sobre a qual os instrumentos podem ter efeitos secundários.

O aumento da população também é citado pelos autores. O relatório do Fundo da População das Nações Unidas revela que a população mundial chegará aos 5 bilhões de pessoas até 2030 e a sua maioria habitará as áreas urbanas de países em desenvolvimento.

Parintins está contida nesta realidade, intensificação da degradação social e ambiental que outrora só era visto nas grandes cidades brasileiras. Os problemas são bem conhecidos: falta

de saneamento básico, poluição sonora, do ar, da água e visual, crescimento urbano desordenado, acarretando a ocupação de áreas de risco e/ou de proteção ambiental e o abandono de áreas construídas, microclima urbano, fumaça sazonal, efeito estufa etc. A biodiversidade nas áreas de preservação de Parintins, os resíduos sólidos (lixo) urbano, os resíduos sólidos hospitalares, os RS decorrente das alegorias folclóricas, grandes preocupações e desafios para os ambientalistas e toda a sociedade.

Segundo o Plano Diretor de Parintins as áreas prioritárias são:

Parágrafo Único: São consideradas áreas prioritárias para a preservação e valorização da paisagem urbana as edificações de valor histórico, identificadas por lei específica, a Orla do Rio Amazonas, as margens dos Lagos da Francesa, do Macurany, Aninga e do Parananema (conforme o art 22, §2º, alínea “e”, do PLANO DIRETOR, 2006).

Esta problemática não poderá ser resolvida sem que ocorra uma mudança radical nos modelos sociais de valores e comportamento e nos sistemas de conhecimento, atualmente fundados no aspecto econômico do desenvolvimento, e sejam revertidas em ações ecologicamente correta.

Nos tempos atuais, a informação é preciosa para que a cidadania, através de uma EA consistente, se faça e possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida e ambiental das cidades. Através das notícias veiculadas em jornais e revistas, da internet, rádio e televisão, as pessoas ganham ânimo e fundamentos para defender a qualidade de vida e modificar o crescente quadro de degradação.

Para sair do estado letárgico e exercer apropriadamente a cidadania, é necessário possuir a informação correta, e neste ponto se faz necessária a EA. Consciente dos impactos de seus atos, a população pode reeducar suas ações e passar a pressionar e fiscalizar o poder público, cobrando de seus representantes as melhorias de que a cidade necessita, ajudando a preservar as áreas ambientais e também ganhar a força necessária para se fazer presente e ouvida nas discussões de planejamento e gestão urbana,

As decisões tomadas hoje nas cidades do mundo em desenvolvimento darão forma não somente a seus destinos, mas ao futuro social e ambiental da humanidade. O milênio urbano que se aproxima poderia tornar a pobreza, a desigualdade e a degradação ambiental mais manejáveis, ou poderia piorá-los exponencialmente. Sob essa luz, os esforços para se abordar os desafios e oportunidades apresentados pela transição urbana devem ser permeados por um sentido de grande urgência (UNFPA, 2007).

## 5.1 Instrumento da PNMA na Gestão Pública

A Política Nacional do Meio Ambiente diz que para que se faça uma gestão pública com responsabilidade é preciso que se criem políticas sérias e mapeamento das áreas de uso ambiental e restrito através de zoneamentos ecologicamente correto no seu plano diretor como:

O Zoneamento Ambiental (ZA) que tem como objetivo estabelecer zonas de uso restritivo nas áreas urbanas e rurais, para fins de proteção do meio ambiente. O zoneamento é, portanto, uma espécie de limitação imposta pela administração pública ao direito de propriedade privada, por meio de critérios de uso e ocupação do solo.

No Decreto 4.297/2002, zoneamento ambiental recebe a denominação de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). O ZEE tem como objetivo “[...] organizar, de forma vinculada, as decisões públicas e privadas quanto aos planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas” (BRASIL, 2002).

O Licenciamento Ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (Resolução Conama 237/97).

O Licenciamento Ambiental pode ser elaborado por entidades de pesquisa e fundações responsáveis pela pesquisa em recursos naturais, proteção e melhoria da qualidade ambiental, pelo planejamento, controle, fiscalização das atividades que afetam o meio ambiente e aplicação de normas a ele pertinentes e pelas ações não governamentais.

A PNMA estabelece a necessidade de um sistema nacional do meio ambiente (SISNAMA) e dentro deste o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA,) e Estadual de Meio Ambiente. Trata-se de um o conjunto de órgãos e entidades do Município que são responsáveis pela preservação, conservação, proteção, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente e uso adequado dos recursos ambientais do Município. O SISMUNA deve ter um Conselho Gestor e um Fundo Municipal para o meio ambiente (FMMA). O município deve ainda dispor de instrumentos adequados à obtenção de um desenvolvimento com sustentabilidade. Os instrumentos são recursos no sentido de atingir os objetivos propostos. Os diversos instrumentos devem contemplar as bases de uma política ambiental local e compreendem: instrumentos de comando e controle, econômicos, participativos, de informação e educação, de planejamento e de fortalecimento institucional.

Além do FMMA é importante trabalhar na inserção do componente ambiental nos diversos instrumentos de planejamento do Município, como o Plano Plurianual, Plano Diretor, Zoneamento Ambiental, Código de Posturas, Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, entre outros. É fundamental a operacionalização da política ambiental no âmbito do planejamento orçamentário, em especial, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual. O sistema deve contemplar nesses instrumentos a participação da sociedade. É imprescindível que a sociedade participe na elaboração dos planos e projetos ambientais e faça parte do conselho municipal e conselho gestor.

A Política Ambiental de uma região depende, em primeiro lugar, da preferência social pelo meio ambiente e da disponibilidade de recursos financeiros, técnicos e humanos necessários a sua implantação.

## 6 RESULTADOS

Quando questionado se havia projetos de Educação Ambiental realizados nas escolas, as respostas foram que existe em 4 (quatro) e em 2 (duas) não. Em relação a ações educativas quanto a palestras, panfletagem, seminários ou outros todos responderam que a escola de alguma forma desenvolve essas ações.

Todos responderam que enquanto educadores estão de alguma forma sensibilizando e promovendo senso crítico aos seus educandos e comunidade. E ainda em relação à Política Nacional do Meio Ambiente todos responderam ter conhecimento de que a escola está trabalhando a Educação Ambiental em todos os níveis educacionais, mas em relação à interdisciplinaridade apenas 4 (quatro) responderam estar trabalhando dessa forma.

Quando a pergunta foi em relação à opinião pessoal sobre o que precisa ser feito para o maior desenvolvimento da Educação Ambiental nas escolas, foram obtidas as seguintes respostas: Ampliação dos projetos existentes; mais trabalhos de sensibilização da comunidade; estímulo contínuo para os educandos; criação de projetos com objetivo de envolver um maior número de participantes.

Em relação aos temas ambientais mais abordados, as respostas foram: desmatamento das florestas; água; proteção e cuidados com os animais domésticos; recursos naturais e resíduos sólidos.

Em resposta ao uso dos PCNs e BNCC (que estava em implantação) na orientação para o trabalho das questões ambientais locais todos responderam que atendem as recomendações.

## 7. CONCLUSÃO

Considerando as respostas obtidas nesta pesquisa, pode-se dizer que ela apresenta resultados satisfatórios, todas as pessoas envolvidas mostraram ter conhecimento e preocupação quando se trata da questão da Educação Ambiental, apesar de não ser unânime a questão da transversalidade e que nem todos desenvolverem projetos, mas os envolvidos esclareceram estarem de alguma forma trabalhando a questão ambiental.

Vale lembrar que gestão urbana, Educação Ambiental, e desenvolvimento não constituem desafios separados, estão inevitavelmente interligados. O desenvolvimento não se mantém se a base de recursos naturais se deteriora. O meio ambiente não pode ser protegido se o crescimento urbano não leva em conta as consequências da destruição ambiental; esses problemas não podem ser tratados separadamente por instituições e políticas fragmentadas, eles fazem parte de um sistema complexo de causa e efeito.

O conceito de Educação Ambiental fornece uma estrutura para a integração de políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento urbano, procurando atender as necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro, lembrando que sempre há o risco de que o crescimento econômico prejudique o meio ambiente, uma vez que ele aumenta a pressão sobre os recursos ambientais.

No entanto, as administrações municipais que se orientarem pelo conceito de Educação Ambiental terão de trabalhar para que as economias em crescimento permaneçam firmemente ligadas às suas raízes ecológicas e que estas raízes sejam protegidas e nutridas para que possam dar apoio ao crescimento do município em longo, médio e longo prazos. Portanto, a proteção ao meio ambiente é inerente ao conceito de gestão pública e educação Ambiental, na medida em que visa mais as causas que os sintomas dos problemas do meio ambiente. É importante salientar que não existe um único esquema para a Educação Ambiental sem a gestão integrada participativa, já que os sistemas econômicos e sociais diferem de uma região para outra. Cada município tem de avaliar as implicações concretas de suas políticas de forma participativa e

coletiva. Mas, apesar das diferenças, o desenvolvimento do município e os problemas ambientais devem ser encarados como um objetivo de todo mundo.

Percebe-se que a gestão participativa surge como um instrumento eficiente na busca de delineamentos de possíveis caminhos e alternativas que levem à consolidação de sociedades sustentáveis.

Conclui-se que há interesse na aplicação e ampliação de trabalhos realizados com este objetivo, fato este que pode ser percebido a partir do momento em que os entrevistados apresentam sugestões para melhorias e que já realizam o trabalho mesmo sem haver a obrigatoriedade ou cumprimento de projetos.

## REFERÊNCIAS

BIANCHEZZI, Clarice. **Entre cacos e flores : apropriações, usos e significados dos vestígios arqueológicos pelos moradores do sítio Macurany, Parintins, Amazonas**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará. 2022. Disponível em [https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/14983/1/Tese\\_%20EntreCacosFlores.pdf](https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/14983/1/Tese_%20EntreCacosFlores.pdf).

BRASIL. **Decreto nº 4.297**, de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4297.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.297%2C%20DE%2010%20DE%20JULHO%20DE%202002.&text=Regulamenta%20o%20art.,que%20he%20confere%20o%20art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4297.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.297%2C%20DE%2010%20DE%20JULHO%20DE%202002.&text=Regulamenta%20o%20art.,que%20he%20confere%20o%20art.)

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,aplica%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,aplica%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs).

BRASIL. Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm).

CASCINO, Fábio. **Educação Ambiental: princípios, histórias e formação de professores**. São Paulo: Senac, 2003.

CÉRQUA, Arcângelo. **Clarões de Fé no Médio Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1980.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Resolução CONAMA n. 237**, de 19 de dezembro de 1997. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0237-191297.PDF>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2023. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/parintins>.

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais 2. Meio Ambiente: Ensino fundamental**. Editora MEC. FNDE, vol. 9. – 1997.

MEC. **Parâmetros curriculares Nacionais. Nova reforma do Ensino Médio**. Editora MEC. FNDE, 2000.

MENDONÇA, Francisco de Assis. **Geografia e meio ambiente**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PARINTINS. PGM. **Plano Diretor de Parintins**. Parintins, 2006.

PORRO, Antonio. **O povo das águas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. 1. ed. Brasiliense, 1998 (coleção Primeiros Passos).

# Revista Científica ANAP Brasil

ISSN 1984-3240 - Volume 17, número 42, 2024

UNFPA. Fundo da População das Nações Unidas. *Situação da população mundial 2007.*